

Economia - Brasil

SUELY CALDAS

As eleições e a gastança pública

A cada início de ano o Plano Real vive sua síndrome. Em 1995, o risco vinha do sucesso inicial do plano, do efeito de um novo ambiente de inflação baixa sobre o crescimento do consumo, que assustou a equipe do governo antes mesmo de os índices de preço da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) saltarem para 2,64% em abril, 2,66% em junho e 3,72% no mês seguinte. O governo começou a puxar o freio da economia em março/abril, mas os

reflexos sobre a queda da produção e o desemprego só apareceram a partir de junho. O perigo em 1995 se originou, portanto, no setor privado, provocado pela queda brusca da inflação. Como a sustentação da estabilidade reinava sobre todas as prioridades, o governo não teve dúvidas: afastou os riscos da inflação induzindo a economia à recessão no segundo semestre.

Este ano o problema é diferente na origem, mas pode vir a assemelhar-se nas consequências. Agora o temor de descontrole vem do setor público e os desdobramentos podem trazer novamente a assombração da inflação. Por enquanto tudo bem. O índice da Fipe este mês deve fechar em 0,5%. Ponto para o plano. Mas também em 1995, o índice de janeiro foi baixo, apenas 0,8%. O perigo está nos próximos meses. O primeiro sinal amarelo de descontrole nos gastos foi dado no mês passado: o balanço entre receitas e despesas resultou em um megadéficit de



O descontrole público pode trazer novamente a assombração da inflação

R\$ 2,8 bilhões, elevadíssimo para um único mês, em conjuntura de estabilidade. O governo não desconhece o tamanho do problema a ser enfrentado, mas inexplicavelmente vem seguindo a estratégia de agir como se ele não existisse.

Em documento reservado, datado de janeiro, a equipe econômica já advertia contra dois perigos: a "deterioração das contas públicas" e o esgotamento da alternativa de resolver o problema através do aumento da arrecadação tributária. "Não haverá o aumento expressivo das receitas

do Tesouro, ocorrido em 1995, para fazer frente ao aumento de despesas", alerta o documento. A profecia acabou confirmada no próprio mês de janeiro: a receita tributária reduziu em R\$ 400 milhões e o déficit público saltou para R\$ 2,8 bilhões.

Os ministros da área econômica até hoje não explicaram as razões do fracassado resultado. O do Planejamento, José Serra, limitou-se a afirmar que ele não deve ser visto como tendência, mas não apresentou argumentos que fundamentem tal afirmativa. Desconhece-se, portanto, se o déficit de janeiro carrega um carry over (estoque) de dezembro. Se sofreu influência de despesas imprevistas ou de outra variável capaz de assegurar que o megadéficit não se repetirá nos próximos meses.

Pois bem. Mesmo com esse alerta o governo age como se ignorasse a realidade. Há no setor público três fontes de enorme poder de expansão monetária e de

pressão sobre a inflação futura. A primeira delas vem do Banco Central, a linha de crédito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), a de R\$ 4 bilhões já liberada para cobrir o buraco do Banco Nacional e mais três em exame — Excel/Econômico, Bandeirantes/Banorte e Rural/Mercantil de Pernambuco. Outros bancos já se candidatam a obter essa linha. O presidente do Bozano Simonese, Paulo Ferraz, apresentou, na semana passada, pedido de crédito do Proer com um forte argumento: se o Tesouro empresta R\$ 7,5 bilhões para o Banespa cobrir seu rombo, não pode negar dinheiro ao Banerj. A criação do Proer foi necessária porque afastou o risco de outras quebraadeiras de bancos, que teriam desdobramentos dramáticos para os depositantes. Mas o governo não ignora seu efeito sobre a expansão da moeda.

A segunda fonte de pressão vem dos empréstimos que a Caixa Econômica Federal (CEF) tem liberado para Estados e municípios, apesar da oposição de seu presidente, Sérgio Cutolo. É certo que o governo tem condicionado esses créditos a compromissos assumidos por governadores e prefeitos de que iniciarão um programa austero de saneamento de suas finanças. Se cumprirão, é uma questão a ver. O difícil, porém, é a CEF recuperar esse dinheiro na data do vencimento. Caso ele fosse aplicado em investimentos ganharia capacidade de gerar renda e com ela Estados e municípios pagariam seus débitos. Mas a finalidade é outra, é pagar salários atrasados do funcionalismo. Portanto, sem chance de criar filhos.

A terceira fonte expansionista vem de um novíssimo estilo de gestão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

e Social (BNDES). Seu presidente Luis Carlos Mendonça de Barros conseguiu amealhar (ainda não está claro a origem dos recursos) um megaorçamento de R\$ 11,3 bilhões para gastar este ano com empréstimos aos setores público e privado. São créditos de melhor qualidade do que os da CEF porque se destinam a promover o desenvolvimento industrial e gerar empregos. Mas o BNDES também tem socorrido governadores, embora com garantias em ações de empresas estaduais em condições de serem privatizadas no futuro. Para o governador do Rio de Janeiro, Marcello Alencar, o banco entregou R\$ 244 milhões em troca de ações da Cerj, a distribuidora estadual de energia elétrica. O dinheiro saiu do BNDES carimbado para ser usado no Metrô, mas com ele o governador pagou o 13º salário do funcionalismo. O governo de Minas Gerais também obteve empréstimo garantido com ações da Cemig e comprometeu-se em privatizá-la. Outra decepção para o BNDES. Dinheiro seguro na mão, o governador Eduardo Azeredo desistiu de vender a Cemig.

Embora em suas ações pareça ignorar o pernicioso efeito da gastança pública, no governo há quem se preocupe com ela. A questão é, mais uma vez, saber qual das duas correntes rivais será vitoriosa: a de Pedro Malan, que prioriza a vitória final contra a inflação, ou a de José Serra, que quer resultados políticos e sociais mais rápidos. O presidente Fernando Henrique Cardoso balança entre as duas. Mas não esqueçamos que este é um ano eleitoral...

■ Suely Caldas é jornalista

■ Joelmir Beting está em férias